



Número: **0602354-66.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavnaro**

Última distribuição : **11/09/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por MARCELLA CARDOSO KRETSCH, CPF: 226.406.608-37, candidata ao cargo de Deputado Estadual, pelo Partido Social Liberal - PSL.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|---------|
| ELEICAO 2018 MARCELLA CARDOSO KRETSCH DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL) | | | |
| MARCELLA CARDOSO KRETSCH (REQUERENTE) | | AMABILI FLORENCIO CELINO BORGES (ADVOGADO) | |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 60459 16 | 03/12/2019 22:03 | Acórdão | Acórdão |

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 55.604

PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602354-66.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 MARCELLA CARDOSO KRETSCH DEPUTADO
ESTADUAL

REQUERENTE: MARCELLA CARDOSO KRETSCH

ADVOGADO: AMABILI FLORENCIO CELINO BORGES - OAB/PR68357

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

**PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO ESTADUAL.
OMISSÃO DE DESPESA. PERCENTUAL INSIGNIFICANTE, CONSIDERANDO
O TOTAL DE GASTOS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA
PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. APROVAÇÃO COM
RESSALVAS.**

1. A omissão de gasto de campanha é falha de natureza grave, na medida em que pode encobrir algumas ilicitudes, como a extrapolação do limite de gastos e a arrecadação de verba sem a devida transparência.

2. Contudo, se a omissão representa despesa de pequena monta em valor absoluto (R\$ 49,90), revela-se adequada apenas a aposição de ressalva, em razão da aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

3. Aprovação com ressalvas.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 02/12/2019

RELATOR(A) ROBERTO RIBAS TAVARNARO



I - RELATÓRIO

Cuida-se de prestação de contas apresentada por MARCELLA CARDOSO KRETSCH, filiada ao PSL, candidata não eleita ao cargo de Deputada Estadual nas eleições de 2018 (id. 268289).

Os recursos utilizados na campanha totalizaram R\$ 200,00 provenientes de doações estimáveis em dinheiro, realizadas por pessoas físicas referentes a serviços contábeis e jurídicos (id. 4142766).

Não houve repasse de recursos financeiros do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Em seu relatório de diligências, a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal constatou algumas inconsistências nas contas apresentadas e apontou ser necessária a reapresentação da prestação de contas gerada pelo Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral – SPCE, com status de Prestação de Contas Final Retificadora, gerada e enviada pela internet, e posterior entrega da mídia com o arquivo na Seção de Protocolo do TRE-PR, conforme estabelecem os arts. 56, I e II e 74, § 1º da Res.-TSE 23.553/2017 (id. 3120266).

A prestadora apresentou manifestação ao relatório de diligência (id. 3254766).

Em parecer conclusivo (id. 4142766), a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal concluiu que remanesceram as seguintes irregularidades:

i) Apresentação intempestiva das contas finais; e

ii) Omissão de despesa no valor de R\$ 49,90, que representa 100% das despesas financeiras de campanha.

Posto isso, com fundamento no art. 77, III da Res.-TSE 23.553/2017, manifestou-se pela desaprovação das contas.

A Procuradoria Regional Eleitoral, na mesma linha adotada pelo órgão técnico, manifestou-se pela desaprovação das contas, considerando que as irregularidades comprometeram a sua confiabilidade (id. 4424166).

Em síntese, é o relatório.

II - VOTO



A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias apresentou parecer conclusivo, manifestando-se pela desaprovação das contas, apontando as seguintes inconsistências:

II.i. Apresentação intempestiva das contas finais

No caso em exame, a primeira irregularidade apontada pelo Setor Técnico refere-se à intempestividade na entrega da prestação de contas final.

A respeito, na esteira do art. 29, III da Lei 9.504/1997, o *caput* do art. 52 da Res.-TSE 23.553/17, assim dispõe:

Art. 52. As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia posterior à realização das eleições.

Com efeito, a fixação de prazos para a prestação de contas tem como finalidade garantir a transparência da movimentação financeira da campanha, bem como viabilizar a necessária fiscalização pela JUSTIÇA ELEITORAL, MINISTÉRIO PÚBLICO, partidos e demais candidatos.

Conforme apontado no parecer técnico conclusivo (id 4142766), a candidata prestou as contas finais de campanha de forma intempestiva, em 11/02/2019, ou seja, 03 meses após o prazo previsto no artigo anteriormente reproduzido.

Contudo, a apresentação intempestiva da prestação de contas final, no caso concreto, não pode ser considerada grave, tendo em vista que não dificultou - ou o fez minimamente - a análise e fiscalização da movimentação financeira havida, tratando-se de falha de natureza meramente formal, não comprometendo a regularidade das contas.

Nesses termos é a jurisprudência desta Corte:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. ENTREGA INTEMPESTIVA DAS CONTAS FINAIS. SITUAÇÃO FISCAL DO PARTIDO. IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DO RECURSO. UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO DO CANDIDATO. BEM DECLARADO NO REGISTRO DE CANDIDATURA. POSSIBILIDADE. EXTRATOS BANCÁRIOS NÃO CONSOLIDADOS. EXISTÊNCIA DE FALHAS FORMAIS QUE NÃO COMPROMETEM A REGULARIDADE DAS CONTAS. APROVAÇÃO COM RESSALVAS.

1. A apresentação intempestiva das contas finais não implica, por si só, a desaprovação das contas. Sendo possível o exame das contas, a intempestividade constitui irregularidade formal, ensejando a anotação de ressalvas.

[...]

Aprovação das contas com ressalvas.



(PC 0602456-88.2018.6.16.0000, Acórdão nº 54.715, Rel. Des. Tito Campos de Paula, DJ 18/06/2019)

Portanto, como não houve prejuízo à atividade fiscalizatória, merece apenas o apontamento de ressalva, nos termos do art. 77, II da Res.-TSE 23.553/2017.

II.ii. Omissão de despesa, no valor de R\$ 49,90, realizada junto ao fornecedor VAKINHA.COMNEGÓCIOS VIRTUAIS LTDA, o que representa 100% dos gastos eleitorais

A movimentação financeira da campanha atingiu R\$ 200,00 a título de receitas estimáveis em dinheiro referente a serviços contábeis e jurídicos, não havendo arrecadação financeira.

No Demonstrativo de Receitas/Despesas (id. 3351816) foi informada a ausência de arrecadação de receitas via Financiamento Coletivo de Campanha (6º link).

Ao final das análises feitas, o Setor Técnico indicou que foi identificada omissão de despesa, mediante circularização e confronto com nota fiscal eletrônica, relativa a gastos eleitorais com VAKINHA.COM NEGÓCIOS VIRTUAIS LTDA., no valor de R\$ 49,90, infringindo o que dispõe o art. 56, I, g, da Res.-TSE 23.553/2017.

Note-se:

| NFS-e - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA | | | |
|---|------------------------------------|---|---------------------------------|
| Nº: 2018/53811 | Emitida em: 03/10/2018 às 15:51:57 | Competência: 03/10/2018 | Código de Verificação: fe09613d |
| VAKINHA.COM NEGOCIOS VIRTUAIS LTDA - EPP CPF/CNPJ: 22.831.673/0001-26 R DR ARMANDO BARBEDO, 480, AP/SL 501, TRISTEZA - Cep: 91920-520 Porto Alegre Telefone: RS Email: faleconosco@vakinha.com | | | |
| Tomador do(s) Serviço(s) CPF/CNPJ: 31.241.657/0001-74 MARCELLA KRETSCH MarcellaKretschPSL@gmail.com, 7721, Não Informado - Cep: 86015-230 Londrina Telefone: (51)3072-8252 | | Inscrição Municipal: Não Informado PR Email: MarcellaKretschPSL@gmail.com | |
| Discriminação do(s) Serviço(s) Taxa Setup Campanha R\$ 49,90 | | | |
| Código de Tributação Municipal: 10500100 / Licenciamento de uso de programa de computação Subitem Lista de Serviços LC 116/03 / Descrição: 1.05 / Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. Cod/Município da incidência do ISSQN: 4314902 / Porto Alegre | | | |
| Valor dos serviços: R\$ 49,90 | | Valor dos serviços: R\$ 49,90 | |
| (-) Descontos: R\$ 0,00 | | (-) Deduções: R\$ 0,00 | |
| (-) Retenções Federais: R\$ 0,00 | | (-) Desconto incondicionados: R\$ 0,00 | |
| (-) ISS Retido na Fonte: R\$ 0,00 | | (=) Base de Cálculo: R\$ 49,90 | |
| Valor Líquido: R\$ 49,90 | | (x) Alíquotas: 2% | |
| | | (-) Valor do ISS: R\$ 1,00 | |
| Prefeitura de Porto Alegre - Secretaria da Fazenda Rua Siqueira Campos, 1300 - 4º andar - Bairro Centro Histórico - CEP: 90.010-907 - Porto Alegre RS. Tel: 156 (opção 4) ou (51) 3289-0140 (chamadas de outras cidades) Email: nfse@smf.prefpoa.com.br | | | |

A respeito, a candidata assim argumentou (id. 4257916):

“Ocorre que um eleitor passível de ser identificado pela empresa, fez a despesa, buscou os dados da candidata na internet, para então ajudá-la em sua campanha, efetuou-se a nota fiscal, como pagamento diretamente pelo



eleitor, sem comunicar a candidata, após levantamentos o doador baseou-se no art. 46 da Resolução 23553/2017 “Art. 46. Com a finalidade de apoiar candidato de sua preferência, qualquer eleitor pode realizar pessoalmente gastos totais até o valor de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados”.”

Ainda assim foi solicitada ao fornecedor uma carta de correção para demonstrar que a despesa foi paga pelo doador, mas diante do curto espaço de tempo ainda não foi possível obter a nota explicativa. Convém salientar neste ato que na data da emissão da nota sequer o Banco havia cumprido com a abertura das contas correntes sendo impossível tal despesa ser gerada ou paga pela peticionária.”

Entretanto, constou também no parecer conclusivo que, em consulta aos sites do TSE (divulgacandcontas.jus.br) e de validação das notas fiscais eletrônicas da prefeitura de Porto Alegre/RS, órgão responsável pela informação prestada (<https://nfe.portoalegre.rs.gov.br/nfse/pages/exibicaoNFS-e.jsf>), verificou-se que a nota fiscal é válida e não consta qualquer informação de que tenha sido cancelada.

Assim, há comprovação de que a candidata omitiu gastos no valor de R\$ 49,90, correspondente a 100% dos gastos financeiros de campanha.

Todavia, diante do diminuto montante em valor absoluto, que corresponde a apenas R\$ 49,90, verifico que o valor total da omissão não se mostra relevante, o que autoriza a aprovação com ressalvas das contas, em face dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Além disso, a natureza do serviço omitido é compatível com os serviços usualmente contratados em campanhas eleitorais, o que afasta a possibilidade de arrecadação ou gasto de recurso de fonte ilícita. Nesta esteira, é o entendimento do TSE:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL.
PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. CAMPANHA
ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016.

1. A jurisprudência firmada nesta Corte Superior é no sentido de ser possível a aprovação das contas com ressalvas quando as irregularidades alcançarem montante diminuto em relação ao total arrecadado pelo candidato - seja do ponto de vista absoluto, seja do ponto de vista relativo e em termos percentuais - e desde que não esteja evidenciada a má-fé.

2. Considerando que se trata de campanha de vereador de interior - na qual normalmente os valores arrecadados são ínfimos -, bem como que a jurisprudência do TSE tem admitido a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade em percentuais de até 5% em campanhas mais expressivas - o que corresponde a altas somas de dinheiro -, afigura-se viável a aprovação das contas com ressalvas na espécie, em que se trata de valor diminuto em termos absolutos e haja vista a ausência de má-fé ou dolo por parte da candidata. [...]

(REspE nº 27409, rel. Min. Admar Gonzaga, DJE 10/11/2017)



Desse modo, com relação a essa falha, suficiente a aposição de ressalva nas contas apresentadas.

III - CONCLUSÃO

Assim, voto no sentido de **aprovar com ressalvas** as contas relativas às eleições de 2018 apresentadas por MARCELLA CARDOSO KRETSCH.

ROBERTO RIBAS TAVARNARO – Relator

EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602354-66.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. ROBERTO RIBAS TAVARNARO - REQUERENTE: MARCELLA CARDOSO KRETSCH - Advogado do(a) REQUERENTE: AMABILI FLORENCIO CELINO BORGES - PR68357.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Gilberto Ferreira. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Tito Campos de Paula, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos e Roberto Ribas Tavarnaro - Substituto em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 02.12.2019.

